VISÃO DO CORREIO

Desafio diplomático na vizinhança imediata

O desconvite formal ao presidente Javier Milei para a posse do presidente Lula para o próximo mandato, em 5 de janeiro, ilustra em cores berrantes o estado precário das relações entre Brasil e Argentina. As embaixadas respectivas seguem sem titulares, e o Itamaraty vem de confirmar que o representante brasileiro está removido em caráter permanente, até segunda ordem — a mudança dos pertences do embaixador está em andamento.

Mais do que o mal-estar aparente, o que o episódio evidencia é o momento delicado nas relações bilaterais mais importantes para o país, de vários pontos de vista. Não apenas a Argentina é, como país individual, o principal destino das nossas exportações. Pela vizinhança direta e pelo peso específico de cada um, são os dois carros-chefes econômicos e políticos da América do Sul.

Na formulação de política externa para o Brasil, a despeito das diferenças de orientação entre governos, o acerto histórico fechado com os hermanos nos anos de 1980, que resultou na criação do Mercosul, é uma espécie de cláusula pétrea. Nenhum presidente — ou mesmo candidato que pretenda ser levado a sério — acenaria com outro status quo. Há quatro décadas, a amizade firmada com Buenos Aires significou, entre outras coisas, que ambos os países renunciavam a qualquer projeto armamentista atômico, o que permitiu declarar a América do Sul área desnuclearizada.

Desde então, coincidências e diferenças políticas e ideológicas entre o Planalto e a Casa Rosada ditaram tons mais ou menos afins na condução das relações bilaterais. A novidade, desde que Milei chegou ao governo, em 2023, tem sido as repetidas ofensas do presidente argentino ao governo brasileiro e a seu titular. Foi em resposta às mais recentes que Lula decidiu por chamar de volta o embaixador em Buenos Aires, e o Itamaraty formalizou o "rebaixamento" das relações institucionais ao nível de encarregados de negócios.

O desconvite para a posse formaliza, em tintas fortes, a compreensão, por parte do Brasil, de que está bloqueado o espaço para o contato fluido que se espera entre parceiros com esse grau de intimidade. Naturalmente, com prejuízos para ambas as partes, notadamente no setor privado: empresários e cidadãos em geral, argentinos e brasileiros, são os prejudicados pela crise de maneira mais imediata.

Pela perspectiva de Estado, no entanto, e ainda que a situação presente não comporte alternativa, a quase ruptura se afigura, desde logo, como desafio de política externa para o mandato Lula 4. O comando do Itamaraty, nos próximos quatro anos, segue por ser definido — mas trabalhar pela normalização das relações bilaterais com a Argentina estará, obrigatoriamente, no alto da pauta.

O presidente tem à frente da pasta, hoje, um diplomata com passagem pela estratégica embaixada em Buenos Aires. Mauro Vieira conviveu com as turbulências políticas do vizinho entre 2004 e 2010, período no qual a Casa Rosada esteve sob comando do casal Kirchner. Javier Milei, com seu discurso ultradireitista e "antissistema", é fenômeno recente. Enfrentará as urnas no fim de 2027, em condições internas ainda incertas: por ora, sua política econômica ultraliberal teve impacto marcante nas condições sociais.

Como chegará às urnas é pergunta ainda prematura, mas terá de ser feita nos próximos meses. Até lá, pelo interesse próprio do Brasil, o próximo titular da política externa terá como missão permanente e incontornável encontrar caminhos para que, à parte o contencioso entre os Estados, as relações econômicas e humanas com nosso principal vizinho possam fluir com o mínimo possível de prejuízos.



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Combate ao casamento infantil

Na 2ª Conferência Ministerial Global pelo Fim da Violência contra Crianças, em Manila — evento que mencionei neste espaço na semana passada —, o Brasil assumiu, novamente, compromissos de combate à violência contra crianças e adolescentes. Entre as promessas, estão medidas de enfrentamento ao casamento infantil, uma chaga persistente no país.

O Censo de 2022 mostrou que mais de 34 mil meninas e meninos, de 10 a 14 anos, vivem alguma forma de casamento no Brasil. Conforme o IBGE, 7% estavam casados no civil e no religioso; 4,9% só no civil, e 1,5% só no religioso. Os demais viviam em outro tipo de união. As principais vítimas são meninas: 77% dos registros.

O casamento infantil acontece, especialmente, em contexto de pobreza, menor acesso à educação, desigualdade de gênero e vulnerabilidade social. A atrocidade rouba a infância, aumenta o risco de violência sexual e de mortalidade materno-infantil, provoca abandono escolar e pode perpetuar a pobreza — já que, com estudos limitados, as vítimas se sujeitam a subempregos na idade adulta.

Apesar de perversa e danosa, a prática continua a ser naturalizada por aqui. Para lançar luz sobre o problema e ampliar o conhecimento da sociedade, o Fundo de População da ONU lançou, em agosto, a campanha "Casamento é coisa de adulto". Para ser signatário da mobilização, basta acessar brazil.unfpa.org/pt-br/casamentoinfantil.

Em outra ação, em caráter mundial, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, em setembro, a resolução que estabelece 27 de novembro como o Dia Internacional para a Eliminação do Casamento Infantil, Precoce e Forçado. A data, segundo a entidade, "busca ampliar a mobilização internacional para prevenir e eliminar uma prática que viola direitos humanos e afeta desproporcionalmente meninas".

O Brasil é um dos apoiadores da medida. Da mesma forma, é signatário dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), também da ONU. Um dos ODS, o de número 5.3, sobre igualdade de gênero, fala em erradicação de "todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças" até 2030. Parecemos bastante distantes de cumprir o compromisso.

A falta de combate efetivo a essa violência colocou o país em posições vergonhosas: primeiro lugar na América Latina em número absoluto de matrimônios antes dos 18 anos, e sexta posição no mundo. Levar o tema a debate público, envolver toda a sociedade na busca por soluções e adotar políticas públicas de prevenção e proteção são caminhos de enfrentamento à barbárie.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» **E-mail:** *sredat.df@dabr.com.br.* O **Correio** reserva-se o direito de resumir os textos enviados.

Insegurança na Asa Norte

Há muito tempo, os prédios na Asa Norte tinham porteiro na entrada e, claro, havia rondas nas proximidades. Hoje em dia, o pessoal só pensa em reduzir os gastos, deixando a segurança em segundo plano e apostando nessa tal segurança eletrônica. Câmeras, sozinhas, não impedem a ação de criminosos. Esta na hora de voltar ao modelo antigo, com porteiro presencial e rondas preventivas. Segurança de verdade exige presença humana, prevenção e investimento!

» **José Silva**
Brasília

Aumento no IPTU

O secretário de Economia do DF informou que a governadora Celina Leão enviou à Câmara Legislativa a Proposta Orçamentária para 2027 e que o documento prevê, entre outros ajustes, um aumento médio da ordem de 20% do IPTU. Disse o secretário que sua equipe realizou estudo técnico e concluiu que essa majoração tributária é necessária, pois os valores venais dos imóveis estão defasados, comparativamente com os preços praticados pelo mercado. Alegou também que a defasagem decorre do fato de que as atualizações de anos anteriores foram realizadas com base apenas nos índices oficiais de inflação. Os motivos apresentados podem até ser pertinentes. Mas não é justo que a medida seja implementada de uma só vez e com um percentual muito acima dos indicadores econômicos e sociais vigentes. Até porque implicará significativo aumento de despesa para quem vai pagar a conta. A situação orçamentária do GDF agravou-se em decorrência da negociação fraudulenta realizada entre o BRB e o Banco Master, que, até o momento, encontra-se pendente de solução. Portanto, mesmo reconhecendo a importância do BRB para o desenvolvimento do DF, não é razoável que a governadora queira repassar para os contribuintes os prejuízos causados pela gestão temerária no uso do dinheiro público.

» **José Leite Coutinho**
Sudoeste

Insenção do IPI

Cabe um alerta e um apelo às autoridades. Os deficiente auditivos com perdas severas e graves têm seus direitos reconhecidos nos concursos públicos e em todas as áreas — menos ao comprar veículos, pois não são reconhecidos como PCD tanto no IPI como nos IPVA aqui no DF. É uma grave injustiça! Já existem leis inclusive considerando deficiência a perda auditiva em apenas um dos ouvidos, mas a legislação de isenção de PCD não contempla os deficientes. Há quem recorrer?

» **Erica Maria Holanda**
Asa Sul

Pizza no STF

A cada dia, as dúvidas sobre a conduta de autoridades do Supremo Tribunal Federal (STF) no caso Master aumentam. A população tem esperado apurações rigorosas, transparentes e sem privilégios. Entretanto, algumas autoridades do Judiciário parecem mais iguais que os cidadãos comuns perante a lei. Sabe como é, o ano está acabando, o Natal vem aí, que tal uma bela pizza para comemorar? A Justiça deveria, no mínimo, parecer imparcial.

» **Paccelli M. Zahler**
Sudoeste

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Espero que o BRB não seja privatizado. O Banco de Brasília é público e do povo do Distrito Federal!

Ana Victória — Brasília

Relatório da PF sobre STF: que se encaminhe ao Vaticano para a abertura do processo de canonização dos envolvidos.

Abrahão F. do Nascimento — Águas Claras

Enquanto algumas cidades estão em calamidade pelos estragos provocados por ações climáticas, o governo federal, do povo, vai torrar dinheiro público para a festa da posse.

José Serra — Brasília

Novo tarifaço: Donald Trump está prejudicando o Brasil e os próprios importadores.

Matheus Sousa — Brasília

» correiobraziliense.com.br

ARTIGO

Em *Como o planejamento urbano e a mobilidade influenciam a qualidade de vida nas cidades*, Manuel Oliveira Lemos Alexandre, professor do curso de administração da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio, articula sobre fatores que devem ser considerados em decisões sobre mobilidade, como a garantia de segurança nos percursos percorridos. Confira no site do **Correio**.

BLOCO DE NOTAS

O jornalista Carlos Alexandre de Souza conta como o debate sobre o feminismo tem incendiado Casas legislativas no Brasil. A Câmara Municipal do Rio de Janeiro e a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados enfrentam polêmicas envolvendo parlamentares do PL.

Aponte a câmera e confira o vídeo na íntegra

CORREIO BRAZILIENSE

"Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara"
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R$ 5,00	R$ 7,00

ASSINATURAS*
SEG a DOM
R$ 1.187,88
360 EDIÇÕES
(promocional)

Assine
(61) 3342.1000 – Opção 01 ou (61)99966.6772 Whatsapp

*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Consulte a Central de Relacionamento **(3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp,** para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.

Endereço na Internet: http://www.correioweb.com.br
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press.
Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo – CEP: 70610-901 – Brasília – DF, de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/ sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1568.
E-mail: *dapress@dabr.com.br* Site: *www.dapress.com.br*